



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO | CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE DOCENTES – 2026

004. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

EDUCAÇÃO ESPECIAL

(OPÇÃO: 004)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Moraes, Rosa, Fernandez e Senna (2018) referem-se ao “processo por meio do qual uma nova informação (um novo conhecimento) se relaciona de maneira não arbitrária à estrutura cognitiva do estudante”. Trata-se do conceito de aprendizagem

- (A) mecânica.
- (B) cumulativa.
- (C) disruptiva.
- (D) significativa.
- (E) científica.

02. Araújo, Arantes e Pinheiro (2020) propõem algumas reflexões finais sobre sua discussão em torno das práticas educativas e do trabalho do professor com projeto de vida. A esse respeito, leia o excerto a seguir, adaptado da obra:

Os resultados de nossas pesquisas apontam para a necessidade de reconhecimento, compreensão e valorização de _____, assim como de suas causas e manifestações, o que parece colaborar para o processo de (re)dimensionamento de ações, escolhas e planos relacionados com a construção dos projetos de vida. De um modo ou de outro, esses elementos parecem impulsionar (ou não) os jovens à ação, aspecto fundamental para a construção dos projetos de vida.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) sentimentos e emoções
- (B) tecnologias de comunicação e informação
- (C) processos avaliativos e de desempenho
- (D) metas e resultados
- (E) conteúdos do currículo comum e diversificado

03. Durante o planejamento de uma sequência didática sobre alimentação saudável, a professora Patrícia decidiu desenvolver um projeto de aprendizagem com sua turma. Ao invés de aplicar uma sequência fixa de atividades, ela convidou os alunos a participarem das decisões sobre como aprenderiam o conteúdo, oferecendo diferentes recursos, trilhas e linguagens. Ao final, cada grupo produziu materiais distintos: vídeos, infográficos, entrevistas e até livros digitais. Segundo Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015), a estratégia adotada por Patrícia está alinhada com a

- (A) estimulação do engajamento da turma por meio de atividades lúdicas, ainda que pouco proveitosas do ponto de vista conceitual ou propriamente formativo.
- (B) adaptação do ensino às condições da escola, por meio de métodos previamente definidos que tenham demonstrado bons resultados em anos anteriores.
- (C) personalização da aprendizagem, com escolhas feitas pelos alunos, junto à professora, conforme seus estilos, interesses e ritmos.
- (D) diferenciação pedagógica baseada em níveis de desempenho, com atividades definidas a partir dos resultados das avaliações diagnósticas.
- (E) garantia da coerência entre conteúdos e diretrizes curriculares, assegurando um percurso de aprendizagem padronizado para toda a turma.

04. De acordo com Candau (2008), o campo dos direitos humanos testemunhou uma alteração significativa, com a questão da diferença assumindo uma importância especial, transformando-se em um

- (A) conteúdo curricular, o que exige priorizar o aspecto conceitual da formação para a cidadania em lugar do atitudinal.
- (B) direito, tanto de os diferentes serem iguais quanto de afirmarem sua diferença.
- (C) entrave, a ser explorado com parcimônia na abordagem de temáticas inclusivas.
- (D) reflexo da natureza humana, sendo entendida como fruto de diferenças orgânicas em vez de ser culturalmente gerada.
- (E) desafio cultural, a ser superado para garantir a igualdade entre os grupos sociais.

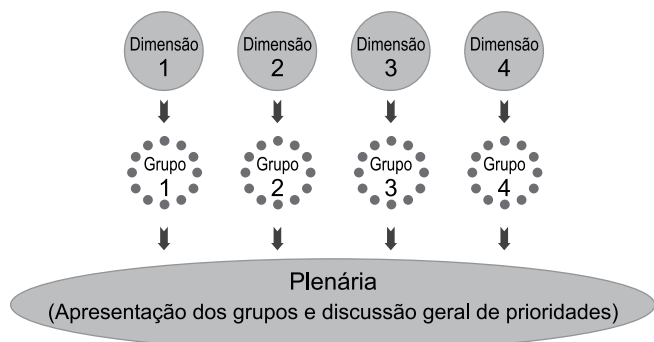
- 05.** Castro (2000) afirma que o Brasil, país federativo, é caracterizado por extrema descentralização político-institucional. Nesse contexto, segundo a autora, a implementação de reformas educacionais necessariamente requer
- (A) um resgate da centralização das diretrizes pedagógicas e a equalização dos currículos para garantir a igualdade de ensino.
 - (B) a flexibilização integral dos sistemas de avaliação e a deliberação docente sobre parâmetros de análise institucional.
 - (C) a delegação plena das decisões às esferas regionais e o veto à intervenção federal na educação em favor da autonomia local.
 - (D) a implantação de mecanismos de monitoramento e o acompanhamento das ações e políticas em curso.
 - (E) a orientação para resultados quantitativos definidos na esfera federal e o fortalecimento da fiscalização sobre o alcance deles localmente.
- 06.** Ao discutir técnicas para organizar a estrutura da aula, Lemov (2023) propõe seu início com a dinâmica por ele denominada de “Faça agora”. Para que seja eficaz, o “Faça agora” deve, entre outros aspectos,
- (A) ser imprevisível, de modo que os estudantes sejam surpreendidos pela atividade.
 - (B) ser oral e abordar temas livres para ampliar o engajamento emocional dos estudantes.
 - (C) estar no mesmo lugar todos os dias para que se torne um hábito a todos os seus alunos.
 - (D) incluir instruções detalhadas e individuais do professor durante sua realização.
 - (E) apostar em conversas descompromissadas entre os alunos para gerar descontração.
- 07.** Ao apresentar o trabalho com narrativas digitais, Almeida e Valente (2012) entendem que elas ajudam a explicitar conceitos, passando a ser uma “janela na mente” do aluno. Um propósito explicitado pelos autores e coerente com sua perspectiva a respeito desse tipo de trabalho é que o professor possa entender e identificar
- (A) os conteúdos previamente ensinados em sala de aula, organizando-os de forma cronológica para facilitar a memorização dos conceitos apresentados.
 - (B) a maneira como o aluno se apropria de informações externas, reforçando a repetição como estratégia de consolidação do saber escolar.
 - (C) os seus próprios erros didáticos na hora de transmitir conteúdos, corrigindo-os para garantir a precisão do conteúdo no processo de transmissão e assimilação.
 - (D) as habilidades técnicas do aluno na utilização de recursos digitais, promovendo o domínio das ferramentas como principal objetivo da aprendizagem.
 - (E) os conhecimentos do senso comum do aluno, intervindo para que este atinja um novo patamar de compreensão do conhecimento científico.
- 08.** Reis (2011) discute a importância da observação de aulas no desenvolvimento profissional de professores e na melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, apresentando instrumentos de observação adequados a diferentes contextos. Considerando as recomendações do autor, está correto afirmar que, após a fase inicial e exploratória, é importante que as sessões seguintes de supervisão e de observação
- (A) concentrem-se em um foco de observação específico, como entusiasmo, clareza e estratégias de ensino.
 - (B) sejam feitas de maneira informal, baseando-se principalmente nas impressões pessoais do observador ao final da aula.
 - (C) restrinjam-se ao registro de comportamentos espontâneos, evitando categorias que limitem a interpretação do observador.
 - (D) priorizem um olhar comparativo entre diferentes professores, a fim de estabelecer padrões de desempenho ideais.
 - (E) continuem registrando livremente tudo o que acontece na sala de aula, independentemente do conteúdo das ações do professor.
- 09.** Durante uma aula de Ciências Sociais da sua turma, a professora Ana levou diferentes anúncios publicitários em vídeo, voltados ao público infantil. Após assistirem aos vídeos, os alunos discutiram quem estava falando, a quem se dirigia a mensagem, quais emoções eram acionadas e que imagens e sons ajudavam a transmitir a ideia de consumo. Ao final, cada grupo apresentou sua leitura dos anúncios, levantando dúvidas e posicionamentos sobre o que foi veiculado. Partindo das concepções de Rojo (2012), deve-se avaliar que a atividade realizada por Ana está alinhada à proposta dos multiletramentos principalmente por
- (A) ensinar a diferença entre gêneros discursivos informativos e persuasivos, concentrando-se na classificação formal das peças analisadas.
 - (B) desenvolver a habilidade de análise crítica como receptores, promovendo a leitura reflexiva e posicionada diante das linguagens multimodais.
 - (C) ampliar o repertório dos alunos por meio da exposição a novas mídias, promovendo o uso recreativo de conteúdos publicitários.
 - (D) estimular os alunos a criarem seus próprios produtos audiovisuais, promovendo domínio técnico digital desde os primeiros anos escolares.
 - (E) utilizar a linguagem audiovisual como estratégia, facilitando o ensino interdisciplinar da gramática e da ortografia em contextos reais de comunicação.

10. Zabala e Arnau (2020) afirmam que as competências envolvem

- (A) desenvolver atributos pessoais, sendo uma característica carregada pelas pessoas e não expressa em suas ações.
- (B) replicar procedimentos operacionais já conhecidos com base em instruções preestabelecidas para cada situação.
- (C) agir de maneira eficiente diante de uma situação-problema concreta e em um contexto específico.
- (D) atestar a sua posse a partir de mecanismos avaliativos objetivos e neutros, baseados na psicologia cognitiva.
- (E) dominar uma determinada prática em sua íntegra, pois competências são organizadas de modo a estarem ou não presentes em alguém, sem que haja gradações.

11. O documento *Indicadores da qualidade na educação* (Ação Educativa, Unicef, Pnud, Inep-Mec, 2004) propõe um processo de avaliação da qualidade da escola, baseado em dimensões como o ambiente educativo, a prática pedagógica e a avaliação. Nesse processo, sugere-se que se dividam grupos responsáveis por uma ou mais dimensões, a depender da quantidade de envolvidos. A respeito desse processo e da organização dos grupos, analise a figura a seguir, extraída desse mesmo documento:

Processo de avaliação



De acordo com o documento referenciado, cada grupo representado na figura deve priorizar a participação de

- (A) representantes dos vários segmentos da comunidade escolar, buscando chegar a consensos ou identificando opiniões conflitantes.
- (B) indicados pela equipe diretiva para garantir alinhamento entre os avaliadores, valorizando a atuação dos profissionais do cotidiano escolar.
- (C) profissionais da gestão escolar, que conhecem melhor aspectos administrativos e pedagógicos do conjunto de processos da escola.
- (D) especialistas da Secretaria de Educação, tecnicamente habilitados no uso comparativo e eficaz desses indicadores.
- (E) adultos com formação no Ensino Superior, qualificados para processos críticos e bem fundamentados.

12. Durante uma formação sobre gestão democrática, os professores de uma escola estadual discutiram o papel do Conselho Escolar (CE). Um docente defendeu que o CE deve se restringir ao escopo de aprovação de contas e repasses de verba. Considerando o documento *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (Brasil, 2004), a afirmação desse professor é

- (A) correta, pois o CE opera como instância escolar voltada à fiscalização externa, sendo responsável por monitorar o cumprimento das metas fiscais da Secretaria de Educação.
- (B) incorreta, pois o CE é um órgão complementar à direção, destinado a substituir a equipe gestora em casos de ausência ou afastamento temporário.
- (C) incorreta, pois o CE constitui um espaço essencialmente consultivo, não contando com funções específicas relacionadas às decisões financeiras.
- (D) incorreta, pois o CE tem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras de questões administrativas, financeiras e também político-pedagógicas.
- (E) correta, pois o CE é um órgão técnico e financeiro interno que deve atuar exclusivamente na aprovação dos recursos destinados à unidade escolar.

13. Com base na *Diretriz Curricular de Tecnologia e Inovação* (São Paulo, 2019), é papel da educação, no que diz respeito ao uso das tecnologias digitais por adolescentes e jovens,

- (A) priorizar o ensino de normas de comportamento online, com foco na prevenção de riscos, em detrimento de experiências culturais.
- (B) restringir as práticas digitais escolares a projetos previamente definidos, evitando o envolvimento dos estudantes em comunidades ou grupos de interesse.
- (C) estimular o uso de tecnologias digitais estritamente para o acesso a informações, que constitui o uso propriamente educacional das redes.
- (D) reduzir a exposição dos estudantes à internet, uma vez que o ambiente virtual oferece ameaças constantes e pouco controle sobre o conteúdo.
- (E) qualificar crítica e eticamente esse uso na direção de uma participação social mais efetiva, promovendo práticas colaborativas e vivências culturais significativas.

14. Durante o planejamento do próximo ano letivo, a equipe pedagógica de uma escola estadual inserida no Programa de Ensino Integral discutiu formas de ampliar o engajamento dos alunos nas atividades escolares. Com base nas *Diretrizes do Programa Ensino Integral* (São Paulo, s.d.), a professora Marina sugeriu incluir no horário semanal a oferta de uma disciplina eletiva relacionada à cultura popular local, articulando elementos de Artes, História e linguagem oral. Tendo em vista o que o referido documento estabelece, está correto afirmar que essa proposta é
- (A) inadequada, pois as disciplinas eletivas devem priorizar conteúdos específicos de preparação acadêmica, com foco em avaliações externas e na inserção no trabalho.
 - (B) inadequada, pois atividades baseadas em elementos culturais locais carecem de relevância formativa, convertendo o espaço das disciplinas eletivas em discussões informais.
 - (C) adequada, pois as disciplinas eletivas devem promover a ampliação cultural, privilegiando a experimentação, a interdisciplinaridade e o aprofundamento dos estudos.
 - (D) inadequada, pois a interdisciplinaridade nas disciplinas eletivas compromete a organização dos conteúdos das áreas do conhecimento, desestruturando a proposta curricular da escola.
 - (E) adequada, pois as disciplinas eletivas devem substituir as obrigatórias e assumir um caráter mais lúdico e criativo, sem as amarras do ensino regular da base curricular comum.
15. Ao considerar a Educação Integral como a base de formação dos estudantes do Estado, o *Currículo Paulista* (São Paulo, 2019) se compromete, entre outros, com
- (A) o fortalecimento de práticas educativas que assegurem a uniformidade na trajetória escolar de todos os estudantes da rede.
 - (B) o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural.
 - (C) o enfoque em atitudes, tendo em vista que as dimensões conceituais atualmente são supridas por outras fontes informacionais.
 - (D) a ampliação da jornada escolar para duração em tempo integral em todas as unidades da rede estadual.
 - (E) a adequação do sujeito ao entorno social, com a devida apropriação dos valores da população majoritária.
16. Um importante aspecto da legislação nacional sobre a Educação Básica trata da verificação do rendimento escolar. Na Lei nº 9.394/1996 (que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), o inciso V do art. 24 afirma, entre outros critérios, que a avaliação do desempenho do aluno deve ser contínua e cumulativa,
- (A) prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
 - (B) totalizando-se em médias parametrizadas pela distribuição das notas dos alunos das demais turmas da mesma série.
 - (C) vetando-se ações como a aceleração de estudos, equivalências ou outras formas de avanço nos cursos e nas séries.
 - (D) vetando-se práticas de recuperação ao final do ano letivo, que suplantam as avaliações processuais ao longo da série cursada.
 - (E) complementando o histórico escolar com observação comportamental elaborada em conjunto por professores, orientadores educacionais e profissionais de assistência social.

17. A Resolução CNE/CP nº 01/2012 estabelece diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH). Procurando agir com base no documento, o professor Joel decidiu inserir conteúdos ligados à EDH em suas aulas de Língua Portuguesa. Com base no art. 7º da resolução, é correto afirmar que essa conduta do professor está

- (A) em conformidade com o documento, que prevê a possibilidade de inserção de conhecimentos concernentes à EDH como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar.
- (B) em conformidade com o documento, que determina a obrigatoriedade da EDH no Ensino Superior e na formação de professores, ao passo que estabelece sua inserção eletiva na Educação Básica.
- (C) em desacordo com o documento, que determina a inserção da EDH na Educação Básica de forma necessariamente interdisciplinar, a partir da proposição de projetos que envolvam integração das disciplinas do currículo escolar.
- (D) em desacordo com o documento, que estipula a atribuição da EDH a professor especialista cuja atuação se dê de forma autônoma, em atividades de contraturno, ou de forma colaborativa com os demais professores.
- (E) em desacordo com o documento, que estabelece a abordagem transversal da EDH como obrigatória à Educação Básica, preferencialmente em atividades que reúnam estudantes de duas ou mais escolas do município.

18. A Resolução CNE/CP nº 01/2020 (que dispõe sobre as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a BNC-Formação Continuada*) estabelece, em seu art. 3º, três dimensões referentes às competências profissionais. Tais dimensões são “fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica”.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as três dimensões especificadas no documento.

- (A) Princípios políticos; princípios éticos; princípios estéticos.
- (B) Competências metodológicas; competências tecnológicas; competências emocionais.
- (C) Âmbito pessoal; âmbito profissional; âmbito social.
- (D) Conhecimento profissional; prática profissional; engajamento profissional.
- (E) Aspectos linguísticos; aspectos históricos; aspectos quantitativos.

19. Assinale a alternativa que apresenta uma asserção correta, conforme o que estabelece o *Plano Estadual de Educação* (PEE – Lei nº 16.279/2016) em seu art. 9º.

- (A) Até o fim da vigência do PEE, a avaliação do sistema estadual de ensino passará a ser realizada por visita *in loco* nas unidades de ensino, e não mais por avaliações de desempenho dos estudantes.
- (B) O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado (SARESP) será aplicado semestralmente e deverá se tornar obrigatório a todos os estudantes até o fim da vigência do PEE.
- (C) As escolas estaduais serão complementarmente avaliadas pela Secretaria de Educação do Estado quanto ao desempenho de seus estudantes nos vestibulares das universidades públicas estaduais.
- (D) As escalas de proficiência dos exames estaduais de desempenho dos estudantes serão pautadas em objetos de conhecimento conceitual, enquanto as nacionais estão baseadas em competências e habilidades.
- (E) A avaliação de desempenho dos estudantes em exames poderá ser diretamente realizada pela União, conforme estabelecido no PNE, ou mediante acordo de cooperação, pelo Estado, no respectivo sistema de ensino.

20. A Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*) é um documento fundamental no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes. De acordo com o seu art. 4º, é correto afirmar que a esse grupo

- (A) assegura-se o recebimento de bolsa de estudos em instituições privadas de ensino, desde que comprovado um desempenho acadêmico condizente com os padrões fixados pela escola.
- (B) garante-se, com absoluta prioridade, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (C) assegura-se tratamento específico: às crianças são priorizados direitos referentes à alimentação; aos adolescentes, os direitos referentes à profissionalização.
- (D) dedica-se a primazia no recebimento de proteção e socorro, exceto quando na presença de idosos e de pessoas com deficiências.
- (E) garante-se a proteção contra qualquer atentado por ação aos seus direitos fundamentais, permanecendo fora do escopo da lei os atentados por omissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Mantoan (*Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*, 2015), ao defender a escola inclusiva, destaca que transformar a escola – e, mais especificamente, o ensino nela praticado – é reconhecer e enfrentar a realidade de uma escola diversa.

Nessa perspectiva, a autora aponta diversas frentes de trabalho, das quais se destacam algumas tarefas fundamentais, como a recriação do modelo educativo escolar, tendo como eixo

- (A) o currículo especializado.
- (B) o sistema comum de ensino.
- (C) o ensino para todos.
- (D) a integração escolar.
- (E) a escola baseada em projetos.

22. Mazzotta (*Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*, 2017), ao abordar a história da educação especial no Brasil, afirma que o atendimento escolar às pessoas com deficiência teve início em 1854, quando Dom Pedro II, por meio de um decreto, fundou

- (A) o Lar das Moças Cegas, na cidade de Santos.
- (B) o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.
- (C) o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro.
- (D) o Instituto Seli de Educação Bilíngue para Surdos, em São Paulo.
- (E) a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), no Estado de São Paulo.

23. Borges (*Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva*, 2020) defende que, para que os estudantes público-alvo da Educação Especial possam se apropriar dos conceitos científicos, é importante considerar

- (A) os apoios pedagógicos especializados nas deficiências.
- (B) o atendimento educacional em centros especializados.
- (C) a avaliação como meio de classificar dificuldades dos alunos.
- (D) o currículo escolar para além de uma lista de conteúdos.
- (E) a escola como espaço integrador de conteúdo.

24. Ao apresentar a pesquisa sobre o coensino e as suas possibilidades na prática, Mendes, Vilaronga e Zerbato (*Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial*, 2014) destacaram que os professores apontaram dois aspectos considerados importantes para o sucesso do coensino: o suporte da administração da escola e

- (A) a presença de estagiários para auxiliar nas atividades.
- (B) a formação continuada permanente.
- (C) a criação de materiais didáticos.
- (D) o uso de tecnologias em sala de aula e de recursos.
- (E) a redução da carga horária para planejamento coletivo.

25. Mantoan, Prieto e Arantes (*Inclusão escolar: pontos e contrapontos*, 2006) defendem que todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar.

Assim, o conhecimento do professor deve ir além da visão de que a classe comum é, para os alunos com deficiência,

- (A) o local de aprendizagem em igualdade de direitos.
- (B) o espaço onde desenvolvem habilidades cognitivas e sociais.
- (C) um espaço inclusivo.
- (D) um ambiente de inclusão e participação.
- (E) um mero espaço de socialização.

26. Mendes (“O que é desenho universal para aprendizagem?”, 2017) afirma que o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é um exemplo de abordagem educacional condizente com a convicção de que toda pessoa tem o direito de estudar e desenvolver seu potencial como ser humano.

O autor destaca ainda que esse conceito dialoga com a proposta de ressignificação do papel do professor, enxergando-o como

- (A) mediador do processo de aprendizagem.
- (B) responsável por ensinar os conteúdos.
- (C) integrador dos conhecimentos socialmente desenvolvidos.
- (D) protagonista no eixo ensino-aprendizagem.
- (E) coordenador dos processos inclusivos.

27. Mendes ("A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil", 2006), ao abordar pontos da história da educação especial, destaca que ela começou a ser traçada no século 16, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas

- (A) propostas educacionais das escolas comuns daquele período.
- (B) inclusões educacionais e sociais de todas as pessoas em vulnerabilidade.
- (C) possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis.
- (D) políticas educacionais e nas propostas pedagógicas especializadas.
- (E) legislações vigentes, que beneficiavam os estudantes com deficiência.

28. Com base no Artigo 6 da Declaração Universal de Direitos Humanos, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das garantias fundamentais para a inclusão e a proteção das pessoas com deficiência na sociedade.

- (A) Pessoas com deficiência têm direitos específicos de acordo com suas potencialidades e suas limitações.
- (B) Todos os indivíduos têm o direito de ser, em todos os lugares, reconhecidos como pessoa perante a lei.
- (C) Todas as pessoas têm direito de estarem matriculadas em escolas que atendam às suas necessidades especiais.
- (D) Todos são iguais perante a lei e gozam, com certas distinções, da mesma proteção jurídica.
- (E) Os homens e as mulheres que atingiram a maioria, sem restrições, têm direito ao patrimônio.

29. A Política de Educação Especial do Estado de São Paulo (2021), em conformidade com as principais legislações vigentes, define o que é deficiência e quem compõe o público-alvo da educação especial. Com base nessas definições, apresenta a tipologia das deficiências.

De acordo com o documento, deficiência visual consiste na

- (A) cegueira parcial, com necessidade de recursos de acessibilidade, como o braile e a bengala, para orientação e mobilidade.
- (B) dificuldade motora ocular causada por condições congênitas ou adquiridas, comprometendo a locomoção e a autonomia.
- (C) dificuldade de interação social, comunicação e locomoção causada por perda parcial ou total da visão.
- (D) baixa acuidade visual, afetando a percepção de luz e movimento, sendo considerada leve, moderada ou profunda.
- (E) perda total ou parcial da visão, de forma congênita ou adquirida, podendo ser classificada como cegueira ou baixa visão.

30. Conforme a Política de Educação Especial do Estado de São Paulo (2021), professor(a) especializado(a) é o(a) docente que, devidamente habilitado(a) por área (deficiência auditiva, visual, física/motora, intelectual, TEA ou altas habilidades/superdotação), atua

- (A) em escolas comuns para o atendimento em salas especializadas dos estudantes que necessitam de adaptação curricular.
- (B) nos espaços públicos e privados para o atendimento em turno e contraturno escolar para as estratégias de acessibilidade.
- (C) em escolas e clínicas multiprofissionais que atendem estudantes matriculados nas escolas comuns inclusivas da rede estadual.
- (D) na mediação pedagógica necessária ao atendimento das necessidades educacionais específicas dos estudantes.
- (E) em escolas e centros especializados que tenham convênios ou parcerias firmados com a Secretaria Estadual de Educação.

31. Leia o texto a seguir:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto nº 186/2008, define que pessoas com deficiência são aquelas que têm _____ de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas _____, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em _____ de condições com as demais pessoas.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) impedimentos ... condições ... semelhança
- (B) impedimentos ... barreiras ... igualdade
- (C) dificuldades ... situações ... equidade
- (D) entraves ... exclusões ... diferença
- (E) anomalias ... barreiras ... uniformidade

32. A diretora de uma escola, buscando tornar o ambiente escolar mais acessível, informou ao conselho da instituição que serão necessárias modificações e ajustes adequados, desde que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso. Essa medida visa a assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com os demais alunos, todos os direitos.

Com base na situação hipotética e nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito descrito.

- (A) Adaptação razoável.
- (B) Liberdade de escolha.
- (C) Direito à educação.
- (D) Inclusão total.
- (E) Acessibilidade plena.

- 33.** A equipe escolar, após criteriosa avaliação pedagógica, identificou que o aluno Francisco apresenta dificuldades significativas de aprendizagem em relação aos parâmetros esperados para sua idade e série. Diante disso, levantou-se a hipótese de uma possível deficiência. A coordenadora pedagógica, com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), destacou que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser
- (A) aplicada por meio de instrumentos e escalas de desenvolvimento e aprendizagem.
 - (B) transdisciplinar e realizada por instituições e clínicas especializadas.
 - (C) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
 - (D) realizada por médicos e especialistas da área clínica e educacional.
 - (E) social e educacional, tendo como parâmetros os estágios do desenvolvimento.
- 34.** De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens é definido como
- (A) impedimento de comunicação de longo prazo.
 - (B) liberdade de expressão por diferentes linguagens.
 - (C) impossibilidade de comunicação expressiva e receptiva.
 - (D) barreiras nas comunicações e na informação.
 - (E) preconceito linguístico.
- 35.** A Lei nº 10.098/2000 define que a pessoa que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, que gere redução efetiva de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou percepção é considerada uma pessoa com
- (A) atraso no desenvolvimento psicomotor.
 - (B) mobilidade reduzida.
 - (C) deficiência física.
 - (D) dificuldade em orientação e mobilidade.
 - (E) deficiência motora.
- 36.** De acordo com a Lei nº 12.319/2010, a atividade profissional de tradutor, intérprete e guia-intérprete da língua brasileira de sinais (Libras) – língua portuguesa deve ser exercida em
- (A) contextos jurídicos e administrativos nos quais se exijam interpretação formal da Libras e comunicação alternativa para pessoas surdas terem acesso à legislação.
 - (B) ambientes escolares e acadêmicos que envolvam o processo de ensino-aprendizagem de pessoas surdas ou surdas-cegas em situação de dificuldade de comunicação e linguagem.
 - (C) situações previamente autorizadas por instituições públicas ou privadas que regulamentem o uso de Libras em situações de inclusão em salas de aula de escolas comuns inclusivas.
 - (D) eventos públicos oficiais que contem com a presença de autoridades e representantes da comunidade surda e de instituições especializadas na inclusão de pessoas surdas ou surdas-cegas.
 - (E) qualquer área ou situação em que pessoas surdas ou surdas-cegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.
- 37.** De acordo com o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.436/2002, a língua brasileira de sinais (Libras) **não** poderá
- (A) expandir a comunicação ao ambiente escolar e social.
 - (B) ser usada como primeira língua pelas pessoas com surdez.
 - (C) substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
 - (D) ser ensinada no Atendimento Educacional Especializado.
 - (E) facilitar o acesso dos surdos aos conteúdos curriculares.
- 38.** De acordo com a Deliberação CEE nº 149/2016, que estabelece normas para a educação especial no sistema estadual de ensino, caso os alunos público-alvo dessa deliberação não consigam atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio em virtude de suas deficiências, poderão receber certificado
- (A) de terminalidade específica.
 - (B) específico da idade-série.
 - (C) de curso técnico.
 - (D) com relatório de avaliação qualitativa.
 - (E) profissionalizante

39. Em relação aos alunos com altas habilidades/superdotação na rede estadual de ensino, a Resolução SE-81/2012 determina que a possibilidade de matrícula do aluno em ano mais avançado, compatível com seu desempenho escolar e sua maturidade socioemocional, **não** poderá ultrapassar, em qualquer caso ou situação,
- (A) 5 (cinco) anos da idade cognitiva, aferida por meio de instrumentos de medidas de inteligência emocional e acadêmica.
 - (B) 2 (dois) anos da sua idade ou do ano do segmento de ensino em que se encontre matriculado.
 - (C) 4 (quatro) anos, contados a partir da matrícula na escola e do processo de avaliação do nível de desenvolvimento pedagógico.
 - (D) 3 (três) séries em relação à sua idade e à turma em que está cursando o Ensino Fundamental.
 - (E) 1 (um) ano em relação ao nível de desempenho apresentado em avaliação de nível de aprendizagem.
40. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar do público-alvo da educação especial, orientando os sistemas de ensino para garantir, entre outras coisas,
- (A) formação de professores para o atendimento educacional especializado e formação dos demais profissionais da educação para a inclusão.
 - (B) acesso ao ensino especializado, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.
 - (C) oferta de vagas em escolas ou centros especializados no atendimento às necessidades educacionais especiais.
 - (D) articulação entre escolas públicas e privadas a fim de realizarem trocas e modelos de sucesso na educação inclusiva.
 - (E) participação da família e da comunidade em eventos escolares que promovam a conscientização sobre diversidade e inclusão.

